

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Natasha Bruno Chebrat

**MULHERES EM RELAÇÕES ADICTAS**

São Paulo

2024

**Natasha Bruno Chebrat**

**Mulheres em relações adictas**

Trabalho realizado como exigência da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica.

Orientadora: Rosa Maria Tosta

**São Paulo**

**2024**

## **RESUMO:**

O presente trabalho tem como objetivo investigar as relações estabelecidas por mulheres na lógica da adição, correlacionando uma adição a substâncias tóxicas e uma adição a preocupação de sua autoimagem corporal. Foram utilizadas revisões bibliográficas e revisitações teóricas acerca no tema, sob a perspectiva psicanalítica. O fruto de uma sociedade consumista é se tornar uma sociedade de adição, produzindo sujeitos como objetos e estratégias de anestesiamientos por meio do uso abusivo de substâncias químicas. A dependência não é somente biológica, é social e psíquica, é uma das estratégias do sujeito diante da falta. O enfoque do trabalho é na mulher que está submetida a relações adictas, uma vez que a vivência feminina é atravessada pela busca incessante pelo corpo considerado ideal, idealizado por meio de grandes mídias que corroboram com a noção de um padrão estética hegemônico. Esses padrões podem gerar insatisfações com a aparência corporal, o que pode provocar o surgimento de doenças da beleza, que são doenças relacionadas à autoimagem. Algumas mulheres também podem vivenciar, simultaneamente, uma adição em substâncias químicas, sendo observado que o uso de substâncias possui significados que variam conforme o usuário que as utiliza, podendo ser associados a doenças da beleza.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mulheres, Adição, Substâncias químicas, Autoimagem, Psicanálise

## SUMÁRIO

<b>1. MÉTODO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. A CONSTRUÇÃO DA AUTOIMAGEM FEMININA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1. IDENTIDADE FEMININA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2. IDENTIDADE E IMAGEM CORPORAL .....</b>	<b>19</b>
<b>3. O USO ADICTO DE SUBSTÂNCIAS.....</b>	<b>25</b>
<b>4. A MULHER ADICTA .....</b>	<b>30</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

O termo “drogas” é de um amplo uso no corpo social, utilizado para se referir desde as drogarias até uma boca de fumo. Um assunto muito discutido em jornais, em conversas cotidianas, dentro e fora da universidade, mas são poucas as discussões aprofundadas, levando em consideração todos os aspectos envolvidos. Podendo representar glamour, doença ou sendo alvo de recriminações, as substâncias psicoativas apresentam um grande leque de variações e são seletivas em quais podem ser discriminadas ou muito bem-vistas pelo olhar da sociedade, sobretudo pela perspectiva do Ocidente.

Em culturas primitivas, a droga sempre foi usada nas cerimônias religiosas como preparação para as guerras e por tantas outras razões. Contudo, foi a partir do início da chamada sociedade moderna que a droga se tornou uma representação de uma problema social, adquirindo um caráter errôneo e condenável. Primeiramente, é necessário lembrar que a sociedade moderna é um complexo cultural que muito contribui para gerar discursos e provocar subjetividades (Chagas, 2003) e que o sujeito que nasce a partir dessa época se encontra em uma sociedade que se fragmenta, multiplicando-se formas de relações, impossibilitando de propor interpretações generalizantes. Contudo, não é difícil perceber quanto o individualismo se demonstrou predominante em relação às modalidades tradicionais de relacionamento social, exigindo de cada sujeito um esforço para conciliar suas determinações com os ideais sociais de nosso tempo. (Ribeiro, 1995)

Junto com o individualismo, o consumismo emerge com um valor fundamental para o sujeito pós-moderno, na qual o consumidor tem como ideal de vida preponderante sua potência de consumo. O sucesso social e a felicidade pessoal, motivados pelo individualismo, são identificados pelo nível de consumo que o sujeito tem. A frase “somos o que temos” é elevada à condição de ideal social. O autor Jaime Betts (2004) explica que consumo pode ser caracterizado pela união bem articulada de três discursos: o discurso tecnocientífico, o discurso médico e o discurso do capitalista, sendo todos difundidos em massa pelo marketing. Os efeitos desses discursos na cultura são observadas na psicopatologia cotidiana, sendo dominantes o suficiente para mudarem o sintoma das conversões históricas dos 1900, de Freud, para o das depressões da

atualidade, assim como fazer do uso milenar de substâncias tóxicas um sintoma social maníaco. “A sociedade de consumo é uma sociedade de adição.” (p.68)

Dentro da lógica de uma sociedade de consumo, cria-se a noção que as chamadas drogas ilícitas são um problema social necessário a ser combatidos, enquanto as lícitas, que muitas vezes não são nomeadas como drogas, são legitimadas como uma solução. Foi a partir da década de 1950 que a indústria dos psicofarmacológicos emergiu com a pretensão de vender as “curas” para transtornos psiquiátricos e, a partir delas, atingirem a normalidade tão desejada na sociedade. A medicina assume, então, um papel de discurso mestre que a manipulação da bioquímica pode ter como função normalizadora da vida para o sujeito, que cresce em uma sociedade que busca produzir um sentido único da vida e que para o mesmo, que estava em sofrimento, não havia nenhum. (Betts, 2004)

O uso de drogas como representação de um problema social torna o usuário como um sujeito doente, apresentando certa estranheza no olhar da sociedade, uma vez que o usuário questiona o laço social que estamos envolvidos, que nos organiza a partir de um único referencial em comum de normalidade. Assumindo uma perspectiva psicanalítica, pode-se dizer que o usuário questiona esse laço social no momento em que ele decide renunciar o gozo conhecido, optando por um gozo que não dependa de uma interação com o Outro. “O que se vê no usuário de drogas são esforços para obter o máximo possível de prazer e bem-estar pessoal, driblando, sempre que possível, as dificuldades inerentes às relações intersubjetivas.” (Ribeiro, E.M., 1995, p. 10). A droga permite, então, uma nova possibilidade de habitar-se no mundo, tornando-se uma agente de uma função psíquica e organizadora de uma subjetividade, dentro de um contexto social contemporâneo que cultua um bem-estar individual e que provoca sintomas de uma construção de endereçamento do Outro ou em uma pretensão de excluir o Outro.

Sob uma perspectiva psicanalítica, o autor Jesus Santiago (2001) afirma que a investigação clínica acerca do fenômeno da toxicomania é marcada por obstáculos e dificuldades conceituais. Colocar-se em frente a essas dificuldades exige, primeiramente, que se coloque em análise a acessibilidade do saber analítico ao fenômeno toxicomaníaco. A “toxicomania” representa um assunto sensível para a psicanálise, que sofre de instrumentalização e uma psicologização secundária quando relacionados diretamente aplicados a comportamentos (Santiago, 2001). O autor ainda pontua que a origem da toxicomania na discussão do conceito de mania comprova a dificuldade da psiquiatria de

uma categorização nosológica mais rigorosa. Portanto, mostra-se insuficiente para uma definição mais assertiva de uma entidade clínica o encobrimento de distúrbios relacionados a atos impulsivos, encobertos pelo enfoque excessivo da questão do tóxico.

Assim, Santiago (2001) discorre sobre a constituição da toxicomania como uma entidade clínica autônoma, demonstrando sua relação com a experiência da loucura, a partir de trabalhos de dois psiquiatras da época (meados do século XIX). Nesses trabalhos, eles produziam estudos sobre a cocaína e já consideravam a toxicomania como uma entidade clínica. Para esses médicos, a toxicomania estava vinculada à loucura, à mania e às chamadas loucuras do impulso.

Um dos psiquiatras que se dedicou aos estudos sobre essas questões era Moreau de Tours, que foi o primeiro a investigar a função da droga como um meio de acesso à patogenicidade mental, um meio de exploração do fenômeno do delírio, de fabricação artificial e experimental da loucura. Para ele, o que importava não era simplesmente uma descrição dos sintomas e sinais exteriores da loucura, mas atingir a natureza psíquica dela, que permanecia a mesma, qualquer que fosse a sua forma de apresentação e de acesso.

Outro autor da época citado por Santiago (2001) foi Emmanuel Régis, pioneiro a utilizar o termo toxicomania, como uma necessidade compulsiva de se intoxicar. Para Régis, ressalta Santiago (2001), “a excitação maníaca que se manifesta na forma de um ímpeto irresistível dirigido aos venenos artificiais, precede o ato toxicomaniaco” (p.69).

Portanto, Santiago (2001) conclui que a utilização da nomenclatura toxicomania, ao invés de dependência química ou adição, também aponta para um lugar diferenciado do usuário de droga como “o problema social a ser combatido”, onde qualquer entorpecente que são personificados, devem ser combatidos. Observou-se, então, que a toxicomania representa uma categoria diferenciada, uma maneira de funcionamento e um tipo de experiência. A mania de se intoxicar, a necessidade de tóxicos, o acesso ao delírio e a modificação da mente pela droga, a qual passa a funcionar de forma semelhante à das manifestações da loucura, são características do fenômeno de toxicomania.

As primeiras considerações do saber psiquiátrico acerca da droga e da toxicomania, então, estão fortemente ligadas a uma orientação epistêmica, essencialmente genética e analógica. (Sequeira, 2003). Em contrapartida, as considerações de um dos principais autores da psicanálise, Sigmund Freud são fundamentalmente conduzidas pela

racionalidade proveniente do discurso científico, o que explica os obstáculos e desafios que apresentam acerca dessa temática em seu trabalho. Diante desse impasse metodológico, Sequeira (2003) discorre sobre afirma que a toxicomania não é um sintoma freudiano, isto significa, não é produto do retorno simbólico do recalcado e assim, parece ser uma prática que “não produz saber”. Contudo, a ilusão de uma totalidade do organismo foi revelada desde que Sigmund Freud, fundador da psicanálise, apresentou a estrutura significante do sintoma e é de acordo com essa concepção que o fenômeno tentará ser explicado.

Tomando como tese importante para diversos autores, considere-se pouco provável que o uso e dependência das substâncias psicoativas estivessem restritas ao sexo masculino. A escassez de pesquisas desse subgrupo foi identificada no final dos anos 1980, quando o movimento feminista reivindicava por criações de programas terapêuticos e mais adequados e sensíveis ao público feminino. Pacheco (2007) em seus estudos demonstra as diferenças comparativas de especificidades e diferenças de tratamento entre homens e mulheres adictas em substâncias químicas, pontuando a importância do desenvolvimento de pesquisas voltadas para os estudos sobre esse subgrupo.

Em relação a especificidade do grupo de mulheres algumas diferenças importantes são apontadas. O início do uso está relacionado a eventos como a separação ou/e morte do cônjuge, sentimento de isolamento, abuso sexual na infância, além de que há pesquisas que mostram que o uso do álcool em mulheres dependentes químicas parecem estar relacionado a uma tentativa de mascarar sentimentos depressivos (Pacheco, 2007).

É importante pontuar também que, tendo em vista a pouca participação de mulheres nas pesquisas, o padrão masculino de especificidades transforma-se em uma norma, invisibilizando ainda mais as questões femininas dentro desse processo. Dessa forma, ressalta-se ainda mais a importância de pesquisas que analisem as especificidades dessa categoria.

Dessa forma, dentro da perspectiva psicanalítica, a teoria, por não ser de gênero, não concebe “o” feminino como conceito: antes de tudo, lida com o sujeito; a sexualização é um fato de discurso. Tampouco a droga – já que a psicanálise não é essencialista – poderia ser considerada uma categoria psicanalítica específica, tratando-se tão somente de mais um objeto (ou, brincando um pouco com as palavras, um objeto “a mais”). Portanto, a

análise proposta será de relação – objeto, associando-se a relação mulher – droga, lembrando sempre que qualquer análise acerca de relação – objeto implica no conceito gozo.

Tomando como princípio psicanalítico de que o sujeito se constitui na relação com o Outro e o uso de substâncias psicoativas seria uma possibilidade de fuga ou de alternativa para essa constituição, é relevante, para entender a relação do sujeito com a substância, analisar também a constituição da imagem de si mesmo que o sujeito construiu ao longo de sua vida, uma vez que é um importante pilar para a constituição do sujeito em si. Assim, é importante conhecer o processo de constituição da imagem de si mesmo que o sujeito constrói, com o qual os psicólogos e psicanalistas se deparam em estudos, pesquisa e na própria escuta clínica. Essa construção implica uma subjetividade imensa, pois os processos de subjetivação estão em uma relação direta com o corpo do sujeito, mas para muito além dele: a imagem de si mesmo é construída pelo conjunto de pensamentos e afetos que o sujeito possui pela própria pessoa, podendo ter cunho depreciativo ou aprovação.

Retomando a importância de análise de contexto sócio-histórico, outro efeito desencadeador da sociedade de consumo e individualista é o corpo como um objeto de consumo. (Sousa, 2021) Isto é, por meio da divulgação de veículos midiáticos, nasce um padrão de beleza hegemônico, que pode ser adquirido por produtos ou cirurgias plásticas. A aquisição de uma imagem dita como bela está estritamente associado a lógica do consumo em relação ao próprio corpo.

Segundo Sousa (2021), as produções midiáticas atuam como uma “pedagogia cultural” de gênero, visto que produzem valores, regulam condutas e modos de ser mulher e homem. Direcionando o olhar para o feminino, é notável que o corpo, na contemporaneidade, precisa ser investido e trabalhado para ser valorizado, sobretudo pelo olhar masculino. Nesse sentido, esses signos concentrados na figura do “corpo belo”, traduzem determinados valores da cultura das sociedades de consumo na contemporaneidade

Segundo (Sousa, 2021), em referência à aparência corporal, esta se caracteriza como a forma que as pessoas se apresentam para a sociedade e se representam. Diante disso, “além do corpo se tornar um objeto de consumo e uma espécie de “vitrine”, as

mulheres tornaram a privilegiar a aparência corporal na construção de sua própria identidade, ou seja, como se tudo que ela é, fosse o seu corpo.” (p.5)

Em outros termos, é possível colocar em análise o termo de autoestima, ainda que o termo em questão não seja de caráter psicanalítico. A autoestima é um termo muito empregado atualmente e que está presente no senso comum e pode ser considerado um fenômeno de interesse das mais diversas áreas do conhecimento, que a teorizam de forma multidimensional e com perspectivas distintas (Pereira, 2019). No seu campo semântico, temos “auto”, como o sentido de si mesmo e “estima” como afeição, amor. Dessa maneira, a autoestima seria a afeição por si mesmo (Tucherman, 2019). Morris Rosenberg (1965), criador da escala de autoestima mais utilizada em artigos científicos atualmente, criou uma definição que engloba mais características acerca dessa variável tão complexa: “a autoestima pode ser definida como um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo em relação ao seu próprio valor, competência, confiança, adequação e capacidade para enfrentar desafios, que repercute em uma atitude positiva ou negativa em relação a si mesmo”.

Pensando na totalidade do sujeito, a autoestima também pode ser delimitada como como o sujeito gosta de si mesmo, para além de seu aspecto físico, isto é, ser capaz de reconhecer os próprios valores, atributos, qualidades e competências, preservando a capacidade de reconhecer, tolerar, aceitar e tentar lidar com as incompetências, falhas e características que não aprecia em si (Tucherman, 2019). Portanto, uma autoestima boa não implica no sujeito achar-se superior ou melhor do que qualquer outro indivíduo, mas implica em reconhecer suas limitações e esperar e tentar melhorar, sendo associado diretamente ao sentimento de esperança.

Assim, a autoestima pode expressar um nível de esperança, com relação ao quanto a pessoa percebe que atingiu suas metas. Saber que tem capacidade de realizar suas metas está associado a pensamentos positivos sobre si mesmo e mais esperança. Pode-se dizer, portanto, que a autoestima seria o resultado da relação entre a realidade do indivíduo e suas supostas potencialidades (Pereira, 2019). Refere-se então em como o indivíduo estabelece a relação entre competência e possibilidade e a atitude que toma diante a tais singularidades. Desse modo, é fundamental para o bem-estar e saúde mental de um indivíduo uma autoestima satisfatória e qualquer mudança nesta implica em uma série de

consequências negativas, em diversos aspectos, na vida do sujeito, inclusive na maneira em que se comunica com o outro. (Del Grande, 2021):

Quando há alteração da autoestima, a imagem que fazemos de nós mesmos também fica alterada. Não temos a possibilidade de avaliar corretamente a pessoa que somos. Tal imagem alterada será o modelo do que imaginamos estar dentro da cabeça dos outros. Se penso que sou incompetente, minha tendência é imaginar que os outros me verão da mesma forma. (Tucherman, 2019, p. 16)

Entrando no campo da psicanálise, embora que como previamente dito, a autoestima não seja um conceito de fato psicanalítico, o tema também é discutido e estudado. Christian Dunker (2017) retrata que Freud, o criador da psicanálise, referia-se à autoestima como estima de si, sentimento de si. Para Freud, o sentimento de si é um critério muito delicado para a detecção de sofrimento e uma autoestima modificada se associa diretamente com o sofrimento psíquico. Além disso, o autor coloca que o sentimento de si responde diretamente à ideia de Ideal do Eu construída pelo sujeito. A ideia de Ideal do Eu, conceito teórico freudiano, seria a instância simbólica formada a partir do Complexo de Édipo que é responsável por construir a ideia do modo que o sujeito deveria ser para poder legitimar o seu desejo. Segundo Dunker (2017), o Ideal do Eu seria uma espécie de substituto da cena originária onde os pais seriam os seres supremos.

Lacan (1949/1998), em referência aos conceitos de Ideal do Eu e Eu Ideal, em “O estádio do espelho como formador da função do eu”, marca o momento em que o bebê reconhece seu reflexo no espelho (entre os seis e os dezoito meses de vida) como central na separação psíquica entre mundo interno e mundo externo. Desse modo, é nessa experiência, que são formadas as ideias de Eu Ideal e de Ideal do Eu, segundo as quais a autoestima responde (Dunker, 2017)

É apontada, então, a importância nesse processo do papel do Outro, nomenclatura lacaniana usada para aquele que insere o bebê no campo simbólico, função geralmente realizada pela mãe. Neste cenário, o mundo interno passa a ser apoderado por meio de identificações com o mundo externo, que são oferecidas pelo Outro, cuja mediação através do desejo é necessária enquanto responsável por nomear que o objeto fixo no espelho é o bebê. Assim:

A criança irá se identificar com este objeto fixo que se mostra com uma aparência unificada, mais semelhante à ideia que tem de seus pais ou de seus cuidadores, que lhe parecem muito mais capazes, poderosos e coordenados que ela. É também neste momento que a fala do Outro parental como “boa menina”, “menino de ouro”, “filha má” é internalizada. A imagem que reflete no espelho acompanhada do discurso do Outro e que, portanto, é estruturada linguisticamente, compõem o que a criança percebe como seu eu (self). (FERREIRA-LEMONS, 2011, p. 92

Posto isto, corrobora-se a ideia de que a autoestima está intimamente associada às ideias de Ideal do Eu e Eu Ideal construído pelo sujeito. Como posto anteriormente, tanto nas obras de Lacan quanto nas de Freud depara-se com evidências de que as funções que são realizadas usualmente pela mãe são fundamentais nesse processo, ao passo que é por intermédio de seu desejo que o sujeito reconhece sua imagem no espelho, corporificando o Eu. Estabelece-se, então, que a mãe tem papel essencial na formação do Eu Ideal e do Ideal do Eu, que, dessa maneira, originam a ideia de autoestima sob a perspectiva psicanalítica.

Ainda discorrendo da psicanálise, Macedo e Andrade (2012) citam que Freud reconhece que a autoestima está diretamente relacionada com a libido narcisista. As autoras ainda reiteram que o amor que envolve o desejo e privação diminuiria a autoestima enquanto ser amado e correspondido aumentaria a mesma. Desse modo, a crença de ser amado e de ser merecedor de um amor é fundamental para uma autoestima plena. Levando em consideração a importância da relação mãe-bebê na constituição psíquica e subjetiva, anteriormente discutida, a segurança do amor da figura materna é, assim, extremamente essencial para a formação de uma boa autoestima. Do mesmo modo, autores já afirmaram também que a construção da autoestima é resultado do estabelecimento de relações de vinculações importantes há bastante tempo, desde Bowlby em 1988.

Além disso, há a questão da corporalidade presente da constituição da autoestima: para a psicanálise, desde Freud, o Eu é uma extensão da superfície corpórea e sua constituição está diretamente ligada à corporalidade. Os processos fisiológicos e os processos psíquicos são interdependentes, de modo que o biológico e o simbólico dialogam desde o início da construção da subjetividade. Assim, a origem deste processo relacional entre o biológico, o psíquico e o ambiente pode ter sua origem anterior mesmo

ao nascimento. Segundo Winnicott (1990, p.147), “devemos presumir que, antes do parto, o bebê já seja capaz de reter memórias corporais, pois já existe uma certa quantidade de evidências de que a partir de uma data anterior ao nascimento, nada daquilo que um ser humano vivência é perdido”.

Ademais, outro construto teórico psicanalítico relacionado a autoestima é o chamado Narcisismo, termo introduzido por Freud em 1914 no seu texto “Introdução ao Narcisismo”, na qual refere-se à conduta de pessoas que tratam o próprio corpo como um objeto sexual, contemplando-o e extraindo prazer dele. A origem do termo narcisismo vem da descrição clínica e o autor, então, explica que esta é uma fase caracteristicamente de localização de libido, presente no curso regular do desenvolvimento sexual humano e, em certa medida, necessário à preservação do próprio indivíduo. O autor também considera que haveria um narcisismo primário e secundário. No narcisismo primário, as libidos do eu e as objetais estão indiferenciadas. Em algumas passagens do texto referido é possível observar a natureza essencial dessa fase primária, por exemplo, quando Freud (1914/1980) ressalta: “o narcisismo representa o real amor feliz correspondente ao estado primordial em que a libido do objeto e libido do eu não se distinguem uma da outra.” (p. 47).

Para além disso, Freud (1914) dirá que no curso do desenvolvimento do eu, o distanciamento necessário do narcisismo primário acontece não somente pelo investimento libidinal em objetos, como também por um ideal do eu. Esta é uma instância paradoxal, porque ao mesmo tempo em que se constitui como uma forma de satisfação substitutiva à satisfação narcísica, é também uma instância que censura, recalca, observa e impede a satisfação plena. (Budaruiche, 2012)

Além disso, Freud (1914) cita que a fase do narcisismo refere-se também à constituição do eu. Para que o eu se desenvolva é necessário que ele se afaste do narcisismo primário e que direcione a sua libido para os objetos do mundo externo. Contudo, isso também dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado, representada em diversos tipos de comportamento das pessoas, como esse dos pais com os filhos.

Posto isso, Juliana Budaruiche (2012), em seu estudo de especialização em teoria psicanalítica, coloca como tese que a experiência de dependência química seria

semelhante ao narcisismo, apresentando características das duas fases. Tomando como base a teoria freudiana, o indivíduo, para alcançar a fase final do seu desenvolvimento libidinal e de escolha objetal, seria necessário que o sujeito renunciasse a parte do seu narcisismo para um investimento libidinal em objetos: Torna-se absolutamente necessário para a nossa vida mental ultrapassar os limites do narcisismo e ligar a libido em objetos quando a catexia do eu com a libido excede certa quantidade. Um egoísmo forte constitui uma proteção contra o adoecer, mas, num último recurso, devemos começar a amar a fim de não adoecermos. (p.101).

Conforme Santiago (2001), já citado anteriormente, o termo toxicomania já traz em seu significado noções de loucura e de mania. Assim, é possível a construção da hipótese, sustentada no trabalho de Budaruiche, de que a experiência da adição em substâncias tóxicas se assemelha à do narcisismo em sua vertente de loucura e em sua tentativa de cura. Representaria, portanto, ao mesmo tempo uma vivência de alienação, loucura, indiferenciação e, em última instância, uma tentativa de separação, elaboração e de cura.

Tendo posto os conceitos abordados, o objetivo desse trabalho é investigar as relações estabelecidas por mulheres na lógica da adição, correlacionando uma adição a substâncias tóxicas e uma adição a preocupação de sua autoimagem corporal.

## **1. MÉTODO**

Por meio de uma revisão bibliográfica, são revisitadas fundamentações teóricas acerca da adição de substâncias, sem delimitações categóricas, e da construção da autoimagem em mulheres em uma perspectiva psicanalítica, portanto, o presente trabalho possui caráter teórico no campo psicanalítico.

O campo de pesquisa teórica psicanalítica foi fundamentado pelo autor Herrmann (2004) constituindo uma chamada "clínica extensa" ou "clínica em extensão", que se referem à pesquisas que tem como seu objeto a cultura, a sociedade, o trabalho, instituições e os múltiplos campos em que habita o sujeito e que, então, torna-se possível uma compreensão psicanalítica. Segundo Herrmann (2004), em pesquisas psicanalíticas,

tanto clínicas, quanto em extensão e/ou teóricas, todas teriam em comum o método interpretativo e a *ruptura de campo*, considerando suas particularidades específicas. Ainda segundo o autor, a Psicanálise seria o próprio método interpretativo em ação e não uma teoria. Contudo, entendemos que o autor visa enfatizar que Freud ao inaugurar a Psicanálise estava principalmente desenvolvendo um método possível de cura para as neuroses de seus pacientes. Método que, diga-se de passagem, subverte a racionalidade costumeira e abre espaço para o advento do sujeito.

Contextualizando a lógica consumista e individualista na sociedade pós-moderno, a proposta para este trabalho é, para além da contextualização, caracterizar, descrever e associar os temas de dependência química em mulheres e a imposição de uma construção da autoimagem referente a padrões hegemônicos na contemporaneidade. A introdução apresenta uma breve conceituação do que autores psicanalíticos interpretam, e consideram para tais interpretações, acerca de ambos os temas. Enfatizando o recorte de gênero, o segundo capítulo, intitulado como “A construção da autoimagem feminina”, compõe-se de dois subitens: o primeiro, nomeado como “Identidade Feminina”, investiga historicamente representações sociais em que a mulher se encontrava, buscando traduzir o que a psicanálise interpreta do que é “ser mulher”. O segundo subitem busca investigar acerca da importância da autoimagem na construção dessa identidade feminina, evidenciando padrões estéticos hegemônicos na contemporaneidade, denominado como “Identidade e Imagem Corporal”.

O terceiro capítulo nomeado como “O uso adicto de substâncias” também possui dois subitens: o primeiro busca revisitar historicamente conceitos de dependência e adição e analisar, por meio de autores psicanalíticos, possíveis fatores desencadeantes desse fenômeno. O quarto capítulo intitulado “A mulher adicta” busca investigar a partir do enfoque de gênero a dependência química em mulheres, visando buscar aspectos constituintes de tal adição.

O último capítulo intitulado “Considerações finais” procura evidenciar as principais conceituações realizadas ao longo do texto e aproximá-las para realizar possíveis correlações entre os temas apresentados.

## **2. A CONSTRUÇÃO DA AUTOIMAGEM FEMININA**

### **2.1. IDENTIDADE FEMININA**

É de extrema importância para o início dessa análise que, uma vez proposta uma análise sobre uma identidade feminina, há uma complexidade histórica e cultural marcada por diversas categorizações realizadas ao longo do histórico da humanidade. Além disso, é fundamental expor que essa análise não tem como objetivo capturar as nuances presentes na feminilidade, visto que essas são atravessadas por recortes de classe, raça e sexualidade e o presente texto não possui como objetivo se aprofundar em todos os recortes possíveis.

Historicamente, a mulher esteve em lugares muito hostis, marcados por acusações e marginalizações em sua história social, tanto na tradição judaico-cristã quanto nas tradições islâmicas, sem fazer um lugar particular e propriamente dela. A mulher, então, possui a imagem da mulher endemoniada, figura comum do imaginário medieval europeu, que lhe reservou imagens como bruxa e como mulher possuída pelos maus espíritos. Também possui a imagem, a partir de um discurso científico de médicos do século XX, em que a falta de reconhecimento subjetivo seria explicada por um de seus maiores males como sendo a carência sexual, identificando-as como “histéricas”. Segundo Chagas (2003), todas essas categorias “representam a ideia de lugares atribuídos e passíveis de constituir um ser mulher. Lugares ordenados pelo fundamentalmente masculino e pelo qual o homem poderia construir seu fetiche e exercer um desejo perverso. “(p.83)

Isto é, é ressaltada a ideia defendida por Pacheco (2007) que, desde a Antiguidade, foi prevalecida a tese do sexo único e superioridade do homem acima da mulher. A autora utiliza a tese do autor Joel Birman (2001) para realizar contraposição do que seria o masculino e o feminino. Birman (2001) propõe a leitura que associa uma oposição entre masculino e feminino em analogia a luminosidade e obscuridade: tomando como princípio de que o que o masculino se associaria a exterioridade, uma projeção para fora; enquanto o feminino se ligaria, pela invaginação, com a exterioridade. Essa analogia

resultaria na conclusão de que o masculino se vincularia com a verdade, associada com a luminosidade, e o feminino com a não-verdade, isto é, com a escuridão. “Além disso, é preciso evocar que o pólo masculino seria a representatividade da atividade e da ação, isto é, o que faz protuberâncias e penetra no espaço exterior, enquanto o feminino seria a representação da passividade e da recepção.” (pg.38) Portanto, Birman pontua que essa construção marca uma hierarquia na relação entre homens e mulher, atribuindo ao homem o símbolo de perfeição e a mulher o de imperfeição. Isto é, a mulher ocupa-se de um lugar de sombra – uma coisa impalpável, imaterial e parte de um corpo que não é iluminada diretamente.

Pacheco (2007) também revisita autores clássicos da psicanálise como Freud (1914) e Lacan (1953) para explicitar sua tese de construção do feminino. Então, Freud toma o conceito de feminilidade como construção, evidenciando seu vínculo paradoxal com o organicismo vigente em sua época e o caráter radical da psicanálise no sentido de fundar um novo campo epistemológico. Assim, Lacan propõe, em sua leitura estruturalista de Freud, possibilidades para superar os impasses encontrados nos debates psicanalíticos e que ora aprisiona a mulher no circuito fálico – cuja consequência mais notória é o problemático alinhamento entre mulher e mãe (o filho substituindo o falo perdido) –, ora resgata a especificidade não fálica da sexualidade feminina baseada em seu destino anatômico, retornando a uma concepção biológica da sexualidade humana.

Contradizendo as propostas da farmacologia e da sexologia e indo de encontro com o radicalismo de Freud, Pacheco (2007) propõe dizer que a psicanálise, desde a época de Freud, não cura a mulher.

“A psicanálise nos ensina que falta régua e compasso para localizá-la. Assim, talvez possamos entender o mal-estar que o desejo feminino provoca na civilização; incômodo que, em alguns casos extremos, chega ao horror ao feminino, exemplificado pela imposição ao uso da burka, em alguns países do Oriente Médio: o tal ‘algo’ na mulher – que Camille Claudel nomeou ‘alguma coisa de ausente’ – que escapa à civilização, ao nome, ao falo... essa fora da lei ‘que não tem governo, nem nunca terá’ faz com que ‘A Mulher’ sempre escape e nunca esteja onde se julga possível encontrá-la’.” (p.51)

Complementando essa noção de análise histórica e social, Sousa (2010) utiliza da tese de Lipovetsky (2000) para delimitar três momentos que, ao longo da história, marcam o lugar social do que seria “ser mulher” e sobre a identidade feminina. Então, analisando a organização de um princípio universal que marca cisão das funções atribuídos ao

homem e à mulher, a “primeira mulher” foi caracterizada pela submissão social que a figura feminina estaria exposta pela figura masculina, evidenciando a hierarquia dos sexos dotando do masculino um valor superior ao feminino. Essa submissão está explicitada nas dinâmicas familiares, onde ocorria relações hierárquicas no casamento, nas atividades concentradas pelos homens na guerra e política predominante masculino. Ou seja, essa mulher está sempre em um papel secundário, exceto pela maternidade, que ainda assim, possui valor inferiorizado por representar apenas um valor de descendência. Ainda, em mitos selvagens e no relato do Gênesis, o poder real e simbólico da mulher é atribuído como maléfico e misterioso.

A “segunda mulher” se encontra na segunda metade da Idade Média, onde há uma valorização das habilidades e funções femininas, nomeada como código côrtes e enaltecendo a dama amada e suas perfeições, explicitadas nas chamadas “Musas inspiradoras” da arte e da literatura. Contudo, o efeito dessa valorização só entrou no campo doméstico e imaginário, desencadeando ainda idealizações e o início de padrões estéticos que as mulheres desejam. Por fim, “a terceira mulher” encarna por meio de mudanças significativas onde a autonomia rege a vivência feminina, classificada como o autor como uma autocriação feminina.

Contudo, o autor (Lipovetsky, 2000) enfatiza as contradições na atualidade: a mulher se inscreve no imaginário tradicional de dependência, mas também, muitas vezes, se inscreve nesse lugar de se apropriar de si. Isto é, apesar de toda a autonomia conquistada, a mulher ainda procura uma validação social por meio da perspectiva masculina, onde são expressas na supervalorização do amor e experiências de prazer. Assim, Sousa (2010) ainda retoma o autor Birman (2006) para levantar a consideração que o ideário da modernidade proporciona um contorno de relações estabelecidas com o Outro, marcadas por uma individualidade. Isto implica uma centralização dos sentimentos no próprio eu, alternando na busca do amor-próprio e o amor do outro. Além disso, o autor (Birdman, 2006) cita que o mal-estar contemporâneo não está mais concentrado no conflito psíquico, mas está predominantemente nos registros do corpo, da ação e do sentimento.

## 2.2. IDENTIDADE E IMAGEM CORPORAL

Tendo em vista a complexidade da formação da identidade feminina, é possível propor a autoestima como um importante pilar para essa construção, uma vez que se entende como “um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo em relação ao seu próprio valor, competência, confiança, adequação e capacidade para enfrentar desafios, que repercute em uma atitude positiva ou negativa em relação a si mesmo”.(Tucherman, 2019). Importante pontuar que a autoestima é um importante pilar para a construção da identidade pessoal, independente do gênero. O enfoque do trabalho é a identidade e autoestima feminina.

Levando em consideração a autoestima como parte da identidade pessoal de cada sujeito, Ferreira (2008) conclui que ela faz parte da construção de subjetividade de cada um, sendo interessante colocar em análise, em uma perspectiva psicanalítica, o conceito de imagem de si e identificação para uma melhor compreensão dessa construção. Desde os primórdios da psicanálise, Freud (1914) toma o Eu como uma extensão da superfície corpórea, colocando sua constituição diretamente ligada à corporalidade. Os processos fisiológicos e os processos psíquicos são interdependentes, fazendo com que o biológico e o simbólico dialoguem desde a origem da construção da subjetividade. (Ferreira, 2008)

Assim, a interação entre psique e soma ocorre para que o sujeito compreenda o mundo e, posteriormente, possa agir sobre ele. Dessa forma, a construção do processo perceptivo e cognitivo do sujeito vai estar diretamente ligada à corporalidade. É ela quem fornece os subsídios para a configuração do mundo, a produção de significações e para o estabelecimento de relações objetais. O sujeito age com intencionalidade em relação ao mundo, tentando defini-lo e organizá-lo com base em sua corporalidade. O sujeito organiza, mas não produz o mundo, não dá origem a ele e não nega sua materialidade, porém, as representações que ele cria são parte de um processo perceptivo que pode encontrar, no corpo, sua origem. (Ferreira, 2008)

Segundo Lacan (1966), no "estádio do espelho", a identificação tem sua origem no período infantil de seis a 18 meses, e consiste numa antecipação da aquisição da unidade funcional do corpo pela criança antes que ela utilize a linguagem. Nesse trabalho, ele apresenta o momento genético de identificação afetiva e de unidade que contribuirá

para a formação do Eu; porém, antes de afirmar sua identidade, o Eu se confunde com essa imagem que o forma e o aliena. Essa alienação do sujeito pela imagem é a fonte em que se alimentará a agressividade constitutiva da formação, ao mesmo tempo, do Eu e do vínculo social.

O Estádio do Espelho indica o momento de organização da estrutura do sujeito, tornando clara a referência simbólica que o outro ocupa, o modo como o sujeito, em relação com o outro, regula sua própria imagem (eu ideal), tendo sempre como referência o modelo onipotente do ideal do eu a que o sujeito e o outro estão sujeitos. Esta identificação jamais se tornará completa, não há correspondência possível entre um Eu social e o inconsciente; ela será uma eterna busca por aquele momento em que a criança se volta para o adulto, como que a busca, de algum modo, seu assentimento.

Ferreira (2008) ressalta que, dessa maneira, não há necessidade de estabelecer objetivamente os limites da origem da relação corpo-mente, contudo, mesmo antes da formação do indivíduo consciente, pode-se supor que essa relação se manifesta independentemente. O autor ainda fala sobre a ambiguidade referencial acerca do corpo: o corpo pode ser referência para estados individuais de sentimentos e também pode ser referência para normas sociais e exigências culturais que regulam os limites individuais e a qualidade de suas experiências. Nas mais diversas culturas, o corpo e seus usos constituem um universo no qual se inscrevem valores, significados e comportamentos cujo estudo favorece a compreensão da natureza da vida sociocultural.

A imagem externa do corpo centraliza o lugar social onde o indivíduo se insere, assim como também media o conhecimento do indivíduo sobre si mesmo e sobre o outro. Ferreira (2008) observa que o corpo é representado também como uma unidade somato-psíquica, na qual o sujeito deve procurar, unidas aos cuidados com o embelezamento e às práticas de cuidado, atividades prazerosas, diversificadas e que o façam se sentir bem para alcançar a saúde como um todo.

Entretanto, Ferreira (2008) enfatiza a necessidade observar o corpo, como mediador social e como uma unidade somato-psíquica, visto que se pode tornar uma preocupação estética, investindo energia e buscando um corpo considerado ideal e desviando da ideia de saúde e de realização de atividades prazerosas. A cultura ocidental exhibe a mulher, permanentemente, como modo de enfatizar seus arquétipos. Destinada ao público feminino, esta exposição parece reforçar a ideia de colocar em imagens o objeto

de desejo. Representadas nas imagens midiáticas, essa mulher encarna o Outro na nossa cultura. (Vilhena, Medeiros, 2005)

Tomando a mulher como o indivíduo subordinado culturalmente e socialmente ao homem e, conseqüentemente, aos seus desejos, Medeiros e Vilhena (2005) ressaltam que a autoimagem corporal feminina atravessa a vivência do “ser mulher”, resultando em sua imagem cultural se fundindo com a da beleza. “Este é um dos pontos mais enfatizados no discurso sobre a mulher – a mulher pode ser bonita, deve ser bonita – do contrário não será totalmente mulher.” (p.113)

Assim, objeto de maior regulação social, o corpo feminino é, por consequência, contido ao máximo em suas ações. Resulta-se, então, de um processo que se espere que toda essa contenção resulte, simultaneamente, em uma corporalidade delicada, um comportamento gentil e em um gestual estudado minuciosamente em seus movimentos. Entretanto, o corpo ideal não diz respeito apenas ao controle do peso, medidas e cuidados estéticos, evidenciando também funções psicológicas e morais. A feiúra demonstra uma ruptura estética e psíquica, da qual resulta uma perda da autoestima. Além disso, a mulher que se permite ser feia é interpretada como má conduta pessoal, podendo resultar na exclusão do grupo social, rompendo uma dimensão ética. (Vilhena, Medeiros, 2005) Assim, é possível observar que, em muitas mulheres, o sentimento de felicidade e de se sentirem aceitas em grupos importantes para elas se encontram associadas à “obtenção” de um corpo ideal. (Sousa, 2021)

Sustentada por Sousa (2021), a autora observa em seu trabalho que, para o homem, a sociedade se demonstra muito mais tolerante com a “feiúra” e “desleixo. De acordo com a autora, esse fato é, muitas vezes, justificado pela falta de tempo devido ao trabalho realizado por homens. Em contrapartida, para a mulher, há uma cobrança social que não aceita justificativas para a mulher não estar atendendo aos imperativos da beleza. Dessa maneira, no contexto profissional a mulher precisa estar sempre “bonita” independente de qualquer coisa para ser, inclusive, mais respeitada, isto é, não há justificativas para “desleixos” como é com os homens.

Nesse sentido, Sousa (2021) pontua que o corpo está posto em um espaço social, isto é, para além de caracterizar apenas aspectos biológicos, também apresenta uma dimensão social e cultural. Retomando a tese que as sociedades ocidentais contemporâneas são centralizadas pelo imperativo do consumismo, a autora pontua que juntamente é marcado pelo gozo e pelo prazer. Sousa (2021) enfatiza: “Desse modo, os meios de comunicação transmitem a crença de que adquirir determinados produtos, como

alimentos, remédios, fórmulas, dicas infalíveis, entre outros, irão possibilitar a realização imediata de um sonho.” (p.12).

Esse consumismo vigente implica na noção do corpo como um produto, passível de mudanças atingidas através cirurgias plásticas estéticas, e o que deveria ser um advento médico rigoroso, pode se tornar tão corriqueiro como fazer um exercício ou ir às compras. Assim, “imediate” é um valor que atravessa diversos aspectos da cultura na contemporaneidade, assim como um valor relativo a qualquer produto a ser consumido, ou seja, uma satisfação imediata e efêmera. O sujeito é tomado pela imagem, situando-se em um lugar sem perspectiva e sem identidade de si mesmo, assim, tornando-se um estrangeiro em seu próprio corpo, alienado em si mesmo, pois só existe como imagem.

Outro ponto a ser analisado por Sousa (2021) é a mídia como a mediação entre sujeito e a sociedade, em uma noção mais ampla, onde há uma indústria da corpolatria, podendo criar ou reforçar padrões, valores sociais associados ao corpo, ou seja, estimulando o consumo de produtos e serviços com o objetivo de tornar-se bonito e estético. “O corpo é, nesse contexto, socialmente estereotipado, idealizado” (p.21). Dessa maneira, é notável que a aparência corporal está no topo da pirâmide das relações sociais contemporânea, uma vez que a aparência corporal possui grande valor dentro das relações sociais vivenciadas em diferentes espaços da vida cotidiana.

A mídia, então, reproduz padrões estéticos que se tornam hegemônicos, tendo em vista a aceleração de procedimentos estéticos e produtos que, em teoria, conseguiriam tornar qualquer mulher bela. Contudo, o padrão estético é delimitado por certas medidas, raça e sexualidade: a mulher para ser bela, diante a ótica da sociedade, deve ser predominantemente magra, branca e seguir as normas sociais do que ser “mulher”, citadas no subitem anterior. Essas reproduções de padrões estéticos hegemônicos no cotidiano produzem, frequentemente, um sofrimento psíquico a partir de insatisfações com a aparência corporal, podendo provocar a incidência de doenças da beleza, que são doenças relacionadas à autoimagem (Sousa, 2021). Os sintomas podem ser expressos através de distúrbios alimentares, depressão, baixa autoestima, compulsão alimentar, anorexia, distorção da autoimagem, bulimia, entre outros. O padrão causa sofrimento psíquico porque é inatingível e insaciável, trazendo uma felicidade efêmera.

Olhando mais a fundo para a questão estética feminina, Freud marca o lugar da estética no aparelho psíquico no capítulo II do *O Mal-Estar na Civilização* Freud (1930/1995b). Em suas palavras: “A beleza não conta com um emprego evidente; tampouco existe claramente qualquer necessidade cultural sua. Apesar disso, a civilização não pode

dispensá-la” (p. 90). Esse trecho revela que a beleza possui um valor-de-uso e seu valor-de-troca, manifestando-se de maneira indireta, porém, ativa para uma participação na vida dos sujeitos.

Em uma perspectiva histórica, é possível observar que a preocupação com a imagem do corpo parece ter a idade da civilização. As pinturas rupestres indicam que o movimento em direção a uma estética é contemporâneo ao paleolítico, tornando-a tão antiga quanto o Homem de Neanderthal, nosso criativo ancestral que decorava as paredes de sua caverna européia, 350.000 anos antes de havermos aprendido a escrever. Portanto, é possível concluir que a busca por uma forma, uma cor, um símbolo ou um adorno parece ser da ordem do humano, concluindo que a estética é desde sempre.

Tomando a óptica lacaniana, Vilhena e Medeiros (2005) sustentam a tese que a linguagem, objeto de estudo de Lacan, possui uma estética, uma vez que Lacan coloca como signo linguístico que é o significante que possui uma forma, uma estética visual e acústica. E por ser uma forma, não lhe poderia faltar o vazio. E por ser assim, uma forma vazia, o significante pode assumir, representar e determinar múltiplos significados. Partindo disso, os autores levantam: Se o inconsciente é estruturado como uma linguagem, teria ele também uma estética? (Vilhena, Medeiros, 2005)

Medeiros e Vilhena (2005) tomam como importante para respondê-la mencionar a angústia de todos os sujeitos que se encontram com o Real, um certo tipo de medo que se acha a partir de tudo que não possa ser nomeado, simbolizado e não o pode, exatamente por não possuir uma forma, um contorno, um perímetro, uma feição que o represente. Os autores (Vilhena e Medeiros, 2005), então, concluem que o sujeito se manifesta em busca de constituir uma forma, tentando ocupar o espaço do vazio, preenchendo-o com uma estética.

A partir disso, toma-se a estética como uma função dupla: apaziguar a angústia quando recobre o vazio e produzir prazer quando circunscreve o desejo. A primeira função é que se trata quando afirmarmos que a estética é desde sempre. A civilização não pode dispensar uma forma, seja ela é bela ou feia, devido a sua função apaziguadora da angústia, nem mesmo a considerá-la inútil. Juntamente, a produção de prazer circunscrevendo o desejo, seria explicada por Medeiros e Vilhena (2005) na ideia de que a estética possibilitaria uma agradável ilusão de existência do objeto de pulsão, uma vez que este auxiliaria no mundo do Narcisismo Primário em que o desejo se inscreve como uma alucinação do Eu-Prazer.

Retomando para a questão feminina dentro de toda a discussão acerca da estética e de uma preocupação da autoimagem, retomamos a ideia de que o lugar do corpo na vida de uma mulher é algo significativo e potente. Medeiros e Vilhena (2005) colocam a questão: “Mas se o corpo é o palco deste drama onde o sujeito feminino interpreta sua inquietação diante das vicissitudes da beleza, quem estaria na plateia? Para quem ele representaria sua dor? De quem ele teria prazer em ouvir aplausos?”.(p.130) As respostas são tomadas pela perspectiva psicanalítica, partindo do princípio do Narcisismo Primário de Freud, se afastando da leitura biologizante do pensamento freudiano.

Retomando a formulação lacaniana do Estádio do Espelho, o narcisismo primário, estruturante do Eu Ideal e matriz organizadora do Ideal do Eu, está relacionado a uma forma e, por consequência, é implicado por uma estética. Vilhena e Medeiros (2005) colocam a estética como destino feminino, propondo a ideia de um entrelaçamento entre a estética e a mulher desde o início de sua constituição psíquica e, adquirindo um cunho tão antigo quanto a formação de seus ideais, participando da construção de seu superego. Assim, tudo aquilo que é visível, poderá ocorrer uma determinação de uma supervalorização, a partir da forma que lhe falta. Os autores pressupõem que o olhar materno se desloca do pênis do filho para o corpo inteiro da filha. É a partir deste olhar, amoroso e narcísico que se transforma em um espelho interno para quem a mulher tem o desejo constante de melhorar sua imagem.

Os autores (Vilhena e Medeiros) também trazem que essa busca da imagem perfeita e do amor mácula pode adoecer a mulher, aprisionada nesta busca. Entretanto, outras mulheres irão projetar nos olhos do Outro, ao menos parte desse espelho. O Outro que se configura como o olhar masculino, espelhado também pela mídia e outras formas de comunicação. “Ser vista é a dissolução do complexo de castração. É o desfiladeiro que contorna o Rochedo. Ser vista é o correlato feminino do mandamento superegógico que impõe aos homens o ser fálico” (p.132)

Assim, ser vista se torna uma condição a priori entre a relação da mulher com o Outro. Não somente para seduzi-lo e dele conseguir seu amor, mas antes, para através dele, conservar o amor do superego e preservar os ideais do Eu.

Por fim, Vilhena e Medeiros (2005) propõe que essa relação entre a mulher com a preocupação com sua autoimagem e com a olhar do Outro entra na ordem de uma adição, uma dependência que o autor nomeia, independentemente de ser suave ou aguda, como “Doenças da Beleza”, citado por Sousa (2021) como consequência dos padrões hegemônicos disseminados.

### 3. O USO ADICTO DE SUBSTÂNCIAS

A presença do consumo de substâncias psicoativas, em nossa sociedade ocidental, pode ser expressa em diversas facetas, cada uma com sua particularidade representando uma série de complexidades que revelam as tensões produzidas pelos modos de processos de subjetivação que ocorrem atualmente. Essas formas de subjetivações têm como consequência esforços para obter o máximo de prazer, de forma que as dificuldades inerentes sejam evitadas, sempre que possível, sendo observar essas estratégias em usuários esporádicos de drogas lícitas, tal como cigarro e álcool, em usuários de drogas ilícitas e até mesmo em indivíduos que adotam diferentes meios de automedicação, buscando alívio de seu sofrimento psíquico.

Inicialmente, é necessário colocar em análise a sociedade que vivemos atualmente, colocando-se em uma época pós-moderna, onde as sociedades se fragmentam, as possibilidades relacionais multiplicam-se e a individualidade torna-se considerada uma medida fundamental de sobrevivência da vida. Em contrapartida, esta é perpassada pela necessidade de conciliar as exigências das ideias sociais determinadas de nossa época.

Propondo uma breve análise histórica, Eduardo Ribeiro (1995), em seu texto “Toxicomania e paradoxos da liberdade”, afirma que o fim da guerra fria e a derrota do socialismo provocou na sociedade ocidental a fundamentação da liberdade como um valor supremo. Ribeiro pontua que ao longo dos anos o ideal foi se constituindo, mas que sua prática passa a situar-se não somente como um ideal filosófico, político e social, mas também subjetivo. Levando a individualidade como ponto extremo, a vontade de exercer uma forma de cidadania por meio de uma consciência livre, estendeu-se para “a reivindicação de uma subjetividade livre de qualquer relação de dependência.” (p.10). O autor propõe em seu texto dissecar a ideia de dependência, fragmentando-a em três conceitos constituintes: a de sujeição (no sentido de alienação), o de independência e de autonomia, estas últimas consideradas como formas de liberdade.

A princípio, para entender sobre dependência, é necessário entender em qual lugar que essa se situa em suas representações sociais, que se compreende como “uma forma de conhecimento corrente, dito de senso comum, socialmente elaborado a partir de experiências particulares, mas também de informações, saberes e modelos de pensamento, que são recebidos e transmitidos através da tradição, da educação e da

comunicação social.” (Ribeiro, 1995, p.12). Isto significa que sua definição adentre na esfera psicológica e social, coletivo e individual.

Em seu texto, Ribeiro (1995) defronta-se com diversos paradoxos: um deles é evidenciado pela interpretação social que diz que o uso de drogas seria uma estratégia de fuga de realidade, uma forma de anestésiar a vida. Isto implica a responsabilização dos usuários pelos seus atos, de modo que essa interpretação produz também suas próprias contradições, tendo em vista que para que esses dependentes saiam dessa condição, seja necessário o auxílio de outras pessoas, uma vez que se encontram em um estado de impotência para sair dessa condição. Em busca de um sujeito culpado, o senso comum não abarca o universo complexo em que a dependência química se encontra.

Ao aprofundar na noção de dependência, é importante compreender a origem do ideal moderno de liberdade. Benjamin Constat (1914) aponta a diferença entre a liberdade dos antigos, sobretudo sobre os gregos, e dos modernos. Os gregos entendiam a liberdade como uma partilha do poder social entre os indivíduos de uma mesma pátria, ainda se sujeitando a uma autoridade em conjunto. Já entre os modernos a liberdade significaria viver seguindo suas próprias vontades. Apesar do texto ser antigo, demonstra-se a preocupação dos avanços dos ideais de liberdade e igualdade.

Em 1994, Alain Renault, um filósofo francês, propôs uma perspectiva diferente: indo em contrapartida da lógica binária de Constat, o filósofo propõe uma lógica terneira, situando-se no seio da modernidade, e fragmentando o conceito de autonomia e de independência, ambas representando o ideal de liberdade. Segundo essa interpretação, o ideal de autonomia vai em direção da negação das heteronomias tradicionais e de uma submissão religiosa, ainda que não negue uma dependência inerente estabelecida por normas sociais decididas por uma vontade e liberdade coletiva. Ribeiro (1995) pontua que a autonomia “estaria assim sempre no plano do social, na forma de um contrato.” (p.13). Em contrapartida, a noção de “ideal de independência” está permeada de uma afirmação de individualismo, além de renúncia do espaço público e na consideração coletiva. É possível associar este ideal ao termo “narcisista”, que evoca este culto de felicidade particular.

A lógica dualista de Renault provoca o questionamento presente no texto de Ribeiro (1995): sujeitos são constituídos a partir da relação com o Outro, não obstante, nenhuma moral, direito ou ordem sobrenatural explica uma existência comum. Segundo Ribeiro, haveria um laço fundamental, exemplificado pela filosofia, moral, direito e religião, que acarretaria uma coesão social, constituindo a relação com o Outro necessária para a

sociedade, com um caráter de dependência mútua. Ribeiro (1995) explica: “Trata-se, portanto, de uma dependência estrutural e estruturante em relação ao Outro (universo simbólico) e aos outros (com os quais estabelecemos nossas trocas).” (p.14) É evidenciado, então, um paradoxo: o sujeito deve garantir que seja livre, mas que também seja válido socialmente, buscando um reconhecimento no Outro que testemunhe tal valor.

Indo de encontro com a noção de dependência química, essa pode ser interpretada como uma tentativa de conseguir esse ideal narcísico de autossuficiência, na medida em que tira o outro da possibilidade deste ser meio de atingir um gozo. Porém, essa tentativa de alcançar a própria liberdade, a partir da negação que o próprio desejo é o desejo do Outro, torna-se fugaz a partir do momento em que se sucede uma outra forma de dependência.

Para além do individualismo presente na sociedade pós-moderna, o consumismo também se tornou um fator extremamente presente e constituinte da noção de liberdade. O discurso moderno estimula o consumo, individualista e exacerbado, buscando sustentar a promessa que por meio deste consumo se encontre a felicidade. Esse consumismo pode se estender para a droga, onde essa não passa de uma mercadoria que segue as normas economia internacional, dado que a mercadoria-droga é submetida por uma lógica capital a partir das altas demandas por drogas lícitas e ilícitas, que respondem à necessidade de prazer. Retomando também o questionamento de nomear um possível responsável para tantos sujeitos que se encontram no estado de dependência química, o raciocínio de que o traficante seria esta agente falha, visto que esses seguem as leis econômicas, sobretudo à ordem “Sem demanda, não há oferta”. (Chagas, 2003)

Tendo como posto a droga como mercadoria submetida a lógica capital, o seu uso também se encontra no lugar em que o sujeito deve buscar um possível equilíbrio entre o fascínio que o produto pode proporcionar e a dependência que pode acarretar. Contudo, a busca desse equilíbrio torna-se fugaz, tendo em vista que a valorização da mercadoria transforma qualquer sujeito (Marx, 1983). Isto é, o adicto em substâncias desloca-se do lugar de sujeito para instrumento de manipulação, ou seja, de objeto. Chagas (2003) ressalta: “Tenta reencontrar no real o objeto perdido do gozo, escravizando-se a ele.” (p.77)

O processo descrito pode ser chamado de assujeitamento, algo que vira inerente ao ser humano, a partir dessa noção em que o sujeito se torna dependente de qualquer forma de consumo. Frente ao destino de assujeitamento ao meio, o indivíduo busca

afastar-se dessa ordem, no sentido de superar e até mesmo de negar tal condição. Cabe ao sujeito, então, buscar medidas saudáveis para driblar o sentimento de vazio que o assujeitamento pode ocasionar, de maneira que tenha a possibilidade interna de se permitir socializar, e então, crescer. (Chagas, 2003).

Freud em seu texto “Mal-estar na Civilização” (1932) alertava para o questionamento da humanidade, investigando se o conflito entre o Sujeito e a sociedade seria passível de uma resolução. O autor afirma que a criação do ser humano não está planejada para que este seja feliz. Freud também discorre sobre o uso das drogas em seu texto, reconhecendo possíveis vantagens em seu uso desde que este seja socialmente controlado e, não, como uma prática que se opõe ao social. Na passagem a seguir, ele afirma o seguinte:

“O que se consegue mediante as substâncias embriagadoras na luta pela felicidade e por um distanciamento da miséria é apreciado como um bem tão grande que indivíduos e mesmo povos inteiros lhes assinalaram uma posição fixa em sua economia libidinal. Não só se lhes deve um ganho imediato de prazer, como também uma cota de independência, ardentemente desejada, em relação ao mundo exterior. Bem se sabe que com a ajuda destas substâncias é possível subtrair-se a qualquer momento da pressão da realidade e refugiar-se em um mundo próprio, que oferece melhores condições de sensação”. [Freud, (1932) 1974]

O sujeito, então, parte para uma construção subjetiva a partir de dependências que surgem como consequências de condições desconfortáveis entre seu organismo e seu meio que geram inicialmente uma dependência dos outros. Em contrapartida, este mesmo sujeito se encontra em uma sociedade tão determinante e imperativa, colocando-o no perigo das dependências de forma tão evidente como a sociedade moderna, pois essa sociedade repousa, entre outros, no ideal do consumismo. (Chagas, 2003)

Para além disso, na sociedade pós-moderna, toma-se presente o termo “drogadição”, conhecido como a possibilidade de “anestesiamento”. A partir dela, qualquer substância, lícita ou ilícita, consumida para uma manipulação do próprio corpo. A possibilidade de viver “anestesiado”, proporcionado por meio científico (farmacologia) e até, pelo uso e o abuso das drogas passa a ser uma prática moderna. Vivemos em uma

sociedade analgésica (Ribeiro, 1995), portanto, a drogadição funciona como mais um recurso moderno para escapar do mal-estar, buscando o alívio das tensões entre a sociedade e o sujeito de que nos falava Freud. Por outro lado, a drogadição se torna um problema para a sociedade a partir do momento que esta ultrapassa o limite do social, sendo colocada em moldes epidêmicos e, do lado do sujeito, ela se torna um problema quando ultrapassa a fronteira subjetiva nos moldes da dependência que pode implicar a anulação do sujeito responsável por seus atos.

O sujeito, então, apropria-se de um lugar que vai contra em todas as regras sociais, desafiando a sociedade e a si próprio, juntamente emergindo uma alta demanda de variadas clínicas chamadas, nos últimos tempos, de recuperação, que transitam dentro de uma lógica que oscila em relação ao paradoxo de tentar encerrar a dependência nos limites da doença ou da delinquência. Por consequência, diante dessa interpretação categórica, é perpetuado um discurso centrado na noção de um corpo sem sujeito. Sendo considerado apenas um corpo doente ou criminoso, não é tomado em consideração que nos atos desses sujeitos se expressa um ser humano que sofre.

Por outro lado, a oscilação de gozo e de falta, vivida pelo sujeito adicto, faz com que a dependência não seja somente sofrida. Esta constitui-se em “um fenômeno tanto ativo quanto passivo, tornando-se uma encenação do desejo. Mas de um desejo preso em uma montagem perversa, na qual se vê anulado em sua função de agente da subjetividade.” (Ribeiro, 1995). Assim, o desejo de independência está no cerne do grande fantasma narcísico de auto engendramento, na qual garante uma integridade egóica que não se expõe às ameaças de sua negação, representadas pelo confronto com o Outro.

Retomando o ideal de liberdade citado por Renault, esse torna-se um pretexto ilusório em que o sujeito se apoia para viver uma relação com as drogas com total independência. Para todos os sujeitos, faz parte do processo de constituição subjetiva a dualidade entre dependência e independência, porém entre os sujeitos adictos, ela fica paralisada em um balanceamento mortífero, entre falta e gozo, sem um deslocamento metonímico possível. (Ribeiro, 1995)

Diante dessas estratégias de subjetivação que se consistem em certa dose de apagamento e anestesia a leitura psicanalítica possui a ética de acessar o desejo por meio

de uma responsabilidade subjetiva, de modo que o psicanalista deve, acima de tudo, acolher a quem encontrou o desamparo social e subjetivo e oferecer seu serviço para uma direção de tratamento para quem não está satisfeito sobre seu modo de gozo. (Chagas, 2003)

Tomando como subjetivo o processo de drogadição, Silva Chagas (2003) em seu artigo “A mulher toxicômana” aponta a baixa frequência de investigação em torno do gênero em análises do abuso de substâncias, pontuando outra perspectiva acerca das causas sociais e psíquicas desse fenômeno.

Primeiramente, é necessário compreender o conceito de gênero, que pode ser entendido como uma construção social. Portanto, nasce-se mulher e homem somente em uma perspectiva biológica (Melman, 2000). Novamente retomando a ideia que a sociedade pós-moderna é um complexo cultural que contribui para a formação de discursos e subjetividades, Calligaris (1996) disserta sobre uma possível redução da subjetividade ao corpo, onde se encontra um amplo e complexo processo. O sujeito, então, se apoiaria no real a partir de uma insegurança em relação aos valores simbólicos que o corpo possuiria.

Chagas coloca como questão em seu artigo de quem seria o sujeito na sociedade pós-moderna e o que ele procuraria. Neste trabalho, para além da nomeação de sujeito, há de interesse investigar: quem é a mulher que nasce na sociedade pós-moderna e o que ela procura?

#### **4. A MULHER ADICTA**

A questão a ser analisada aqui é sobre os motivos psicossociais do feminino que levam a mulher para o ato da ingestão de substâncias psicoativas. Nota-se que o estereótipo da mulher adicta seja a de mulher em “decadência”, irresponsável e incapaz de cuidar da sua própria família e dos seus filhos.

A conduta, então, inicia-se partindo do princípio de que este problema deve ser escondido, evitando as recriações e estigmas sociais que seriam levantados. Esses

estigmas acarretam a maior dificuldade para possuir acesso, tanto para um tratamento eficaz quanto para um aconselhamento médico, social e psicológico. Segundo Chagas (2003), em pesquisas epidemiológicas sobre “quem consome o quê”, evidencia-se que as mulheres, desde a adolescência, experimentam mais substâncias que os homens, preferindo as substâncias lícitas, possuindo o álcool e os tranquilizantes como destaque, enquanto o homem se lançaria mais facilmente às substâncias ilícitas com objetivo de se provar para si ou para os outros, ou como uma conduta transgressora.

A teoria da sexuação, estruturada inicialmente por Lacan, é destacada pela sua complexidade, colocando sua identidade construída através da linguagem e do simbólico. Chagas (2003) utiliza essa teoria para analisar o encontro do feminino e do masculino com as drogas. Na posição masculina, observa-se uma fragmentação do vínculo e ação sexualizada, muitas vezes, tirânica, a partir de demasiado processo interno de excitação.

Na posição feminina, outro cenário se apresenta, sendo necessário retomarmos a noção de identidade feminina, que se encontra em lugares muito marginalizados e secundários na história da humanidade. Como sustenta a autora, a mulher, que sempre esteve buscando por um lugar, nunca mesmo exibiu uma beleza oculta, resignação e desejo de servir o homem, como foi observado, por exemplo, no estereótipo feminino clássico representada pela Rapunzel, entre outros contos infantis. Tanto nas histórias quanto nos próprios estereótipos, a autora sustenta que a esta mulher imagética apenas desejava ser grande na sombra dele, sendo ressaltado pelo seguinte ditado: “por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”. Nesse contexto, citando Corso (1999), a autora aponta que a mulher possuiria os destinos de casar, ser religiosa ou prostituta.

Em contrapartida, a revolução feminista possibilita que a mulher não só atue ativamente no ambiente doméstico-familiar-privado, mas também participe da vida pública, ainda que dentro de um modelo masculino. Reivindicando maior liberdade de escolha, a mulher moderna passa a investir sua vida nas causas ideológicas, desviando-se da lógica clássica representada por Rapunzel, ou qualquer outra princesa clássica, de dependência a um homem para ser salva.

Na visão de Chagas (2003), a mulher adicta coloca-se em contrapartida a mulher moderna, exercendo uma rebeldia por meio de uma vida marginalizada. “A mulher

toxicômana é a mulher de antes.” (p.84), isto é, ela aceitaria a imobilidade feminina a partir de uma relação passional com substâncias, onde ela encontra uma segurança e estabilidade. Assim, permeada nesse ideal de feminilidade, ocorre-se uma passagem do berço a um casamento simbólico com a droga. A autora ainda disserta acerca da afirmação de Mellman (1992) que “a mulher se engaja nas drogas na carona do homem”, explicando- a partir de uma disponibilidade afetiva a ilusão do desejo de um homem salvador, levantando também a questão do cárcere de mulheres em função do tráfico de drogas, muitas vezes engajadas por um homem a praticar tal ato.

Em contrapartida, Katia Sousa (2015) busca outros elementos teóricos para além da associação “droga-falo”, levantando a tese de Piera Aulagnier (1985) acerca da alienação do sujeito em uma relação simétrica, correlacionando a adição química ao processo de apaixonamento. A semelhança entre ambos os sujeitos é a estratégia de evitar o conflito pulsional e o sofrimento psíquico, por meio de uma estratégia que promove um prazer que é levado às últimas consequências, até mesmo com um risco de morte efetivo.

Retomando as concepções da relação do Eu com a Realidade do Prazer, a autora (Aulagnier, 1985) explica que o bebê pratica um poder de transformação da realidade para adequá-la a seus desejos. Essa ação só acontece devido a idealização do Eu pela mãe, sendo necessário para o desenvolvimento do ego e para a experiência de um prazer possível para a realidade. Portanto, nota-se a importância e reconhecimento do outro nos objetos da realidade para as experiências de prazer, tornando o “corpo-prazer” o primeiro bem pessoal, a primeira posse investida. Contudo, o corpo não promove apenas a sensação de prazer, mas também de sofrimento, configurando uma experiência ambivalente desse objeto-corpo. Isto é, tanto o amor quanto o ódio podem nortear a relação do Eu e corpo, mostrando que a única conexão que o corpo não pode ter com esse Eu é a indiferença. (Gomes, 2015)

Tomando como princípio tal ambivalência, as adições se configurariam não somente como uma defesa contra a perda de sentido de estar no mundo, mas também como uma forma de doença marcada pela relação do sujeito com o mundo. Além disso, Gomes (2015) circunscreve a função das substâncias em mulheres adictas como múltiplas, de maneira que cada uma, com sua singularidade, representa determinado conjunto subjetivo. Ou seja, a função objeto-droga pode exercer a função de outro objeto objetualizado, como um “companheiro”, de uma libertação de exigências superegóica,

dentro da possibilidade de exploração sexual, de um poder tirânico contra o próprio eu... muitas possibilidades dentro de um universo de representantes que somente cada mulher adicta, com sua própria história, irá poder relacionar.

Retomando o estudo de Pacheco (2007), a adição química em mulheres seria explicada pela autora por meio do conceito de alheamento na relação, onde ela estaria sob o domínio do Outro. A autora pontua que esse sujeito estaria submetido para atender o outro, com uma tendência a uma submissão e uma alienação do amor. Desta forma, a mulher poderia utilizar a droga como uma forma de realizar um casamento com o falo, como por exemplo, em casos em que a mulher utiliza substâncias para emagrecer. Pacheco (2007) salienta ainda no trecho: “moldando-se ao falo magro, supostamente desejado pelo homem ou nos casos em que a mulher “vai no embalo” do parceiro usuário para não o decepcionar.” (p.55)

Assim, a droga surge como uma suplência à falta do falo e do lugar que se suponha ocupar o Outro. Com objetivo de anular a dor da perda, do amor e do abandono, a mulher se identificaria com alguma “coisa ausente”, por meio de substâncias químicas. (Gomes, 2010)

Gomes (2010) também se utilizou da pesquisa de Munduruca (2008) para analisar a dependência química em mulheres. Com objetivo de analisar a constituição e o funcionamento psíquico de mulheres alcoolistas, a pesquisadora utiliza como ferramentas o teste de Rorschach e análise de entrevistas. Gomes (2010) ressalta que a partir dos resultados da pesquisa, o álcool ocuparia a função da negação da ausência, simbolizando o recalcado e proporcionado a ilusão ao sujeito de ser falo no desejo materno. Ainda analisando os resultados da pesquisa, a autora conclui que as mulheres alcoolistas de sua amostra são tomadas por fantasias e reações emocionais primárias, dificultando a elaboração de ferramentas egóicas e elaboração de mecanismos de defesas adequados.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A complexidade dos temas apresentados exige muito cuidado para a compreensão de possíveis conclusões. Primeiramente, é necessário retomar um dos recortes principais

do trabalho: a feminilidade. A investigação acerca da identidade feminina oscila entre diferentes caracterizações históricas, marcadas por tentativas de submissão ao masculino (Gomes, 2010). Todas essas caracterizações, desde bruxa até histórica, são representações de funções atribuídas e passíveis de constituir um “ser mulher” e que são funções ordenadas fundamentalmente pelo masculino. (Chagas, 2003) Ademais, Pacheco (2007) cita que na psicanálise falta uma régua para localizar a mulher e explicitar o mal-estar que esse desentendimento provoca no masculino. Complementando o impasse do mal-estar contemporâneo, Gomes (2010) ressalta que este não está mais concentrado em conflitos psíquicos, mas está majoritariamente no corpo, na ação e no sentimento.

Tomando o corpo como um importante pilar para a identidade de qualquer indivíduo, é importante compreender as funções na qual ele carrega: pode ser uma referência para estados individuais de sentimentos e pode ser referência para regras sociais e demandas culturais que regulam os limites individuais e a qualidade de suas experiências. Assim, a imagem corporal centraliza o lugar social onde o sujeito se insere, corroborando com a tese de Freud (1914) de que o Eu é uma extensão da superfície corpórea, colocando sua constituição diretamente ligada à corporalidade. Assim, o corpo e suas funções constituem um universo no qual se inscrevem valores, significados e comportamentos cujo estudo favorece a compreensão da natureza da vida sociocultural.

A constituição da subjetividade feminina é atravessada diretamente pela questão da corporalidade e de um “princípio” da beleza, na qual a mulher só é validada, socialmente, quando é bela. (Vilhena, Medeiros, 2005). Dessa maneira, observa-se que um dos maiores atributos da feminilidade seria a beleza, resultando na busca incessante de muitas mulheres por essa beleza. A beleza, contudo, é uma construção social, histórica e cultural, sendo modificada constantemente ao longo da história da humanidade. (Sousa, 2021).

Com o advento da tecnologia, a noção de beleza se dissipou ainda mais por meio das grandes mídias e redes sociais, produzindo um padrão estético que adoce milhares de mulheres que buscam esse corpo considerado ideal. Essa busca, além de incessante, é infinita, considerando que o ideal de beleza está em constante mudança, modificando-se ao longo dos anos. Assim, o padrão estético torna-se também hegemônico a partir do momento que é imposto pela sociedade e considerado como indispensável para uma mulher ser plenamente vista.

Essas reproduções de padrões estéticos hegemônicos no cotidiano geram, frequentemente, insatisfações com a aparência corporal, podendo ocasionar a incidência de doenças da beleza, que são doenças relacionadas à autoimagem. Essas doenças podem ser expressas através de distúrbios alimentares, depressão, baixa autoestima, compulsão alimentar, anorexia, distorção da autoimagem, bulimia, entre outros. (Sousa, 2021). Assim, Vilhena e Medeiros (2005) ainda pontuam que, independentemente de ser aguda ou grave, a relação da mulher com a preocupação com a autoimagem entra na ordem de uma adição. Uma dependência à estética, à uma beleza conforme os padrões hegemônicos. Essa busca constante a esse padrão estético e ilusório, adocece as mulheres. Uma dependência que leva ao adoecimento psíquico das mulheres, tal como uma dependência a substâncias químicas.

Para a compreensão do que seria uma dependência, Ribeiro (1995) retoma noções de autonomia e independência. Segundo o autor, a autonomia nega heteronomias tradicionais impostas, porém não nega a dependência inerente estabelecida por normas sociais. Já a independência está permeada de afirmações individualistas, renunciando o espaço público e coletivo. Assim, Ribeiro (1995) evidencia o paradoxo: o sujeito deve garantir que seja livre mas que também seja válido socialmente, buscando um reconhecimento no Outro que testemunhe tal valor.

Além disso, tanto a adição pela estética quanto a adição por substâncias químicas são submetidas pela lógica de uma sociedade consumista. Segundo Betts (2004), a sociedade de consumo é uma sociedade de adição. Isto é, a lógica da necessidade de consumir com alta frequência e potência é reverberada na subjetividade dos processos psíquicos dos sujeitos.

A dependência em substâncias tóxicas pode ser entendida, então, como uma tentativa de conseguir esse ideal narcísico de autossuficiência, uma vez em que tira o outro da possibilidade deste ser meio de atingir um gozo. Assim, o sujeito, então, toma um lugar que vai contra em todas as regras sociais, desafiando a sociedade e a si próprio. (Ribeiro, 1995)

Além disso, pode-se observar que um do fator importante desse fenômeno é o processo de assujeitamento ao meio, fruto de vivências em uma sociedade pós-moderna onde o individualismo predomina, e o sujeito tende a evitá-lo a todo e qualquer custo,

podendo, então, ir de encontro com substâncias químicas que produzem a ilusão do sujeito se apropriar de si mesmo. Contudo, o efeito desse uso é, também, o assujeitamento que o alcança quando o sujeito se torna um instrumento de manipulação, isto é, objeto e desloca-se do lugar de sujeito. (Ribeiro, 1995)

A tentativa de apaziguar o mal-estar provocado pelo assujeitamento inevitável é comentado por Freud em “Mal-estar na Civilização” (1932) reconhecendo o uso de drogas como possivelmente benéfico para tal objetivo, desde que este seja socialmente controlado e, não, como uma prática que se opõe ao social.

A leitura psicanalítica, então, assume que o sujeito adicto utiliza das substâncias químicas como estratégias de subjetivação que consistem em certa dose de apagamento e anestesia. (Chagas, 2003) Ademais, como resultado de interpretações categóricas acerca do sujeito adicto, é disseminado um discurso centrado na noção de um corpo sem sujeito. Sendo considerado apenas um corpo doente ou criminoso, não é tomado em consideração que nos atos desses sujeitos se expressa um ser humano que, sobretudo, sofre.

Tomando a perspectiva do recorte de gênero, a adição química em mulheres seria explicada pela autora por meio da noção de alheamento dentro da relação, onde ela estaria sob o domínio do Outro. Pontuando que esse sujeito estaria submetido para atender o outro, a autora evidencia da mulher adicta a uma tendência a uma submissão e uma alienação do amor. (Chagas 2003). Desta forma, a mulher poderia utilizar a droga como uma forma de realizar um casamento com o falo, uma forma de suplência à falta do falo e do lugar que se suponha ocupar o Outro. (Gomes, 2010)

Além disso, Gomes (2015) aponta para as diferentes funções simbólicas que as mulheres adictas podem aferir para as substâncias, isto é, a função objeto-droga pode exercer a função de outro objeto objetalizado, como um “companheiro”, de uma libertação de exigências superegógica, dentro da possibilidade de exploração sexual, de um poder tirânico contra o próprio eu, como forma de emagrecimento para atingir o corpo considerado ideal... muitas possibilidades dentro de um universo de representantes que somente cada mulher poderá relacionar com sua história.

Relações adictas se configuraram não somente como uma defesa contra a perda de sentido de estar no mundo, mas também como uma forma de doença marcada pela relação do sujeito com o mundo, causando muito sofrimento, físico e psíquico. (Gomes,

2015). Portanto, mulheres que se encontram nessa condição de relação demandam intervenções cuidadosas e extremamente estudadas. Considerando possibilidades de intervenções das duas questões levantadas, assemelha-se a pensar que a prevenção a prevenção deve estar para além dos consultórios clínicos de psicologia, visto que ambas são práticas que devem estar relacionadas com os aspectos sociais e culturais de constituição humana, estando inseridas em um momento da história e em uma cultura específica. Logo, o que realmente importa não é o referencial teórico adotado pelo(a) psicólogo(a), mas sim sua postura e seu compromisso social e ético. (Sousa, 2021)

Por fim, é possível observar que alguns fatores constituem a vivência feminina, sobretudo a preocupação com sua autoimagem corporal, e conseqüentemente, uma preocupação do olhar do Outro. Outros fatores, como a dependência química, constituem a vivência de algumas mulheres. Pode-se concluir que alguns fatores podem, de fato, constituir suas vivências, mas nenhuma pode defini-las.

Ao finalizar o trabalho, evidencia-se a necessidade de discussões e pesquisas mais profundo e ampla acerca da relação que as mulheres estabelecem com sua autoimagem e quais impactos que essa relação provoca, para além de sua autoestima, mas também em outros aspectos de sua vida, tal como trabalho e relações pessoais. Pesquisas que busquem investigar por uma perspectiva do recorte de raça, classe e identidade de gênero também são fundamentais para abarcar a amplitude e complexidade do tema, uma vez que são atravessamentos fortíssimos para a vivência de mulheres, que são plurais e múltiplas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BETTS, J. A. Sociedade de Consumo e Toxicomania – Consumir ou Não Ser. Em: Tóxico e Manias. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Nº 26, 2004.

DEL GRANDE DE SOUZA, Roberta. A autoestima de mulheres jovens e a relação mãe-filha: um estudo psicanalítico. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

DUNKER. O que significa ter uma autoestima elevada? | Christian Dunker | Falando nisso 156. São Paulo, 2017.

FERREIRA, Francisco Romão. A produção de sentidos sobre a imagem do corpo. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 12, n. 26, p. 471-483, set. 2008.

FERREIRA-LEMOS, Patrícia do Padro. Sujeito na Psicanálise: o ato de resposta à ordem social. In: FERREIRA-LEMOS, Patrícia do Padro. Psicologia Social e Pessoalidade. Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2011.

FREUD, S. (2010). Introdução ao Narcisismo. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1932) In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974

GOMES, Katia Varela. A dependência química em mulheres: figurações de um sintoma partilhado. 2010. 226 p. Doutorado — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOMES, Katia Varela; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Dependência às drogas em mulheres: a complexidade de um sintoma. In: GOMES, Katia Varela; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. ABRAMD: compartilhando saberes. 8. ed. Brasília: Technopolitik, 2015. v. 1, p. 225.

HERRMANN, Fábio. Pesquisa psicanalítica. Cienc. Cult., v. 56, n. 4, p. 5, dez. 2004.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MACEDO, C.; ANDRADE, R. Imagem de si e Autoestima: A construção da subjetividade no Grupo Operativo. Psicologia em Pesquisa vol. 6 no. 1 Juiz de Fora Jul. 2012.

PACHECO, Ana Laura Prates. O feminino e as drogas na atualidade. Mental, Barbecena, v. 7, n. 9, p. 47-61, nov. 2007

PEREIRA, J. L. Autoestima e sua relação com depressão, ansiedade e sofrimento psíquico em adolescentes com transtorno por uso de substâncias. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, E. M. A Toxicomania e os Paradoxos da Liberdade. Em: A Direção da Cura nas Toxicomanias. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, nº 24, 2003. Porto Alegre: APPOA, 1995

SANTIAGO, J. (2001). A cocaína e o desejo de sutura em Freud. In J. Santiago, A Droga do Toxicômano: Uma parceria cínica na era da ciência, (pp. 63-77). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

SEQUEIRA, José Pedro. As origens psicológicas da toxicomania. 2003. Master's thesis — Instituto Superior de Psicologia Aplicada, [s. l.], 2003.

SPERTINO CHAGAS, Silvia. A MULHER TOXICÔMANA. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, v. 24, 2003.

SOUSA, Andresa Alves de. Padrões estéticos hegemônicos, mídia, doenças da beleza e psicologia clínica na sociedade brasileira contemporânea. 2021. 93 p. Monografia — Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília, 2021.

TUCHERMAN, S. Série O que fazer? Autoestima. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 2019.

VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. Revista Mal-estar e subjetividade, v. 5, n. 1, p. 35, mar. 2005.

WEHBE BUDARUICHE, Juliana. Toxicomania e narcisismo: algumas articulações. Monografia (Especialização em Teoria Psicanalítica). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.